

FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS E OS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: REVISITANDO A LITERATURA ACADÊMICA

Taís Melo da Silva Leonardo (1); Anderson Fernandes de Alencar (1)

(1) Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Garanhuns- taismelo.ufrpeuag@gmail.com;

(1) Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Garanhuns – anderson.alencar@ufrpe.br

Resumo: A educação em unidades prisionais ainda reflete um construto histórico sombrio que permeia este espaço, e que muitas vezes, termina por inibir ou coagir os profissionais que podem atuar neles, existem de fato, diversos problemas que só corroboram cada vez mais para a sucumbência do sistema prisional brasileiro, e apesar da legitimação e obrigatoriedade da oferta de educação em estabelecimentos penais, ao lançarmos um olhar para esta, nos deparamos com um universo ainda limitado, tanto quanto as demais ações direcionadas a unidades prisionais. Portanto, é necessário desvelar cada vez mais os processos inerentes as unidades prisionais, e neste caso, ir mais afincado no que depreende a oferta de educação e a formação dos professores, e mais especificamente de pedagogos que atuam nestes espaços. Por se tratar dos resultados construídos a partir de levantamentos iniciais de uma pesquisa em nível de graduação, nos deteremos a apresentar uma revisão bibliográfica sobre as discussões e levantamentos teóricos realizados até o presente momento da pesquisa, que fundamentam a importância de se pensar a educação no espaço prisional, compreender os processos históricos, sociais e políticos que refletem diretamente nestes espaços. É nesse sentido, que este trabalho tem enquanto objetivo geral: identificar e caracterizar as produções acadêmicas acerca da formação de professores para atuar em unidades prisionais. As discussões que temos proposto neste artigo, surgem a partir de uma gama de (não) vivências e discussões que perpassaram superficialmente pela temática, podemos dizer que a proposta dessa pesquisa se dá principalmente pela ausência de informações e discussões acerca da Educação em unidades prisionais, dos profissionais habilitados, da modalidade de ensino, do olhar da sociedade para este espaço, dos sujeitos que estão inseridos nesse contexto, do processo formativo dos profissionais que são direcionados para estes espaços, etc. Em função disso, serão apresentados diferentes publicações de artigos acadêmicos, leis e documentos oficiais que podem subsidiar o leitor(a) e lhe situar no contexto da educação em unidades prisionais. Nota-se que não há um crescimento constante do número de publicações de que trata este trabalho, este crescimento se apresenta de forma esporádica, mostrando maior incidência nos anos de 2013 e 2016, seguindo de uma queda abrupta. As leis, resoluções, decretos e neste caso, uma recomendação, são documentos básicos para nortear as ações e iniciativas públicas em todos os setores, no caso da Educação em Prisões identifica-se que ao decorrer dos anos a preocupação com esta realidade foi aumentando.

Palavras-chave: Educação, Formação de Pedagogos, Privação de Liberdade.

Introdução

Segundo Foucault (1987) a história das punições em uma esfera judiciária, se dava, através dos suplícios, nesse contexto os crimes também se configuravam com outras características, e tinham como principal fonte de ocorrências, o pensamento contrário à igreja católica, furtos, etc. Cerca de três décadas depois, a punição já passa por modificações, a partir das quais se regulamenta um espaço, uma rotina de trabalho e atividades educacionais. Nesse espaço, entendido como

prisões, surgem diversas críticas ao sistema judiciário, afinal, o olhar da sociedade desse contexto, para as pessoas que estavam presas, era de amenidade sobre a pena.

Goffman (1961, p. 157) atenta para existência de punição que ultrapassa os limites jurídico explica que nos espaços prisionais, há diversos desdobramentos ilegítimos de punições, que vão desde posturas excludentes e até mesmo ações agressivas entre os próprios presos e servidores para com estes, etc. Outros aspectos inerentes a essa perspectiva de pena, está o fato de querer controlar o indivíduo “curar” sua criminalidade.

Ribeiro (2011, p. 40) esclarece que antes da prisão se constituir como um dos espaços de privação de liberdade esta já se organizava na legitimidade de detenção. Portanto, as prisões apesar de terem um sentido e significado constituídos socialmente, e nos dias de hoje representarem, uma instituição corretiva, se dão, e se fazem presentes também sob uma perspectiva simbólica de aprisionamento, domesticação, manipulação e controle.

Silva (2015), nos propõe um olhar crítico e realista sob os percursos e atribuições que as unidades prisionais têm no contexto brasileiro, mas principalmente para a pena de privação de liberdade, apontada por este como ineficaz para o fim ao qual se têm proposto, pois estão tentando corrigir algo que foge da instância prisional e que se desdobra em outros espaços sociais.

Desta forma, não se propõe neste estudo alimentar uma falsa ideia de que a educação por si só cumpra o papel que se tem atribuído as unidades prisionais, Adorno (1991), também retoma essa crítica, e ressalta o fato de proporções maiores, como reformas nas penitenciárias, investimento deliberado de verbas, e, em políticas públicas, não se fazerem suficientes (apesar de necessários também) para a transformação deste espaço e das pessoas que nele estão cumprindo suas penas, pois as proporções destes problemas são bem maiores, e partem principalmente de um campo político e ideológico.

No que cerne a educação, identifica-se que na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996 (LDB), a educação é compreendida sob duas perspectivas: a primeira como toda ação formal (ou não) que se desenrole em quaisquer instituições ou espaços de relações sociais, já a segunda, e não menos importante, que se refere a Lei em questão, trata dos processos de educação escolar, que ocorre quase que exclusivamente através do ensino, e em diversos espaços, ou instituições culturais.

E apesar de não identificarmos na LDB indício ou direcionamento para a Educação em instituições de privação de liberdade, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º traz a educação enquanto direito social, e, com base nesta lei, surgem também diversos encontros

nacionais, acordos internacionais, de pesquisas de suma importância e colaboração para reflexão dessa temática, colocam a Educação em espaços e/ou para pessoas em situação de privação de liberdade em pauta.

Sabendo que a Educação não pode se delimitar aos espaços escolares tradicionais, e que a partir do momento em que esta se configura enquanto direito social, o indivíduo em situação de privação de liberdade, têm o acesso ao ensino fundamental garantindo, enquanto direito público subjetivo de todo cidadão, como nos traz o artigo 5º da LDB, que reafirma o direito ao acesso à educação para todos.

O estudo sobre a formação de pedagogos para atuar em unidades prisionais, se dá principalmente por saber que este é um dos profissionais habilitados para atuar não só na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, mas, além destes, e muitos outros espaços não citados aqui, inclui-se sua atuação, no 1º segmento da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, modalidade que corresponde à educação ofertada em unidades prisionais.

Além das discussões que permeiam a falta de políticas públicas para educação em unidades prisionais, há também algumas situações agravantes como: a falta de estrutura física para comportar não só as pessoas em situação de privação de liberdade, mas também para oportunizar o desenvolvimento de práticas educacionais escolares e uma infinidade de demandas advindas destes espaços. E apesar dos vários aspectos entendidos como inerentes a esse processo de ressocialização, de fato o corpo docente que atuam, atuaram, ou atuarão nestes espaços, assumem também, papéis importantes ao se pensar a Educação em unidades prisionais. Nesse sentido, apresentaremos os resultados iniciais da pesquisa em nível de graduação sobre a formação de Pedagogos para atuar em unidades prisionais, materializando-se aqui para responder ao problema: o que se têm produzido e publicado oficialmente e através das academias sobre a formação de professores para atuar em unidades prisionais?

Além dos fatos supracitados, este trabalho, enquanto fruto de resultados de uma pesquisa surge principalmente do interesse particular dos pesquisadores e pela falta de discussões que apresentassem ao Pedagogo a possibilidade de atuação em espaços de privação de liberdade, a importância do processo formativo dos sujeitos que atuam ou atuarão nestes espaços e discussões que possibilitassem a desconstrução de visões simplistas e até mesmo preconceituosas e discriminatórias sobre a educação nas prisões. Visto que os processos educacionais de modo geral, exigem a devida atenção à singularidade dos sujeitos e espaços envolvidos no processo educacional, e mesmo se tratando, neste caso, de uma modalidade específica, a EJA, não seria diferente.

Por isso, antes de se pensar em como as universidades e seus currículos poderiam assumir a responsabilidade de possibilitar uma base formativa para o Pedagogo atuar nestes espaços, debruçar-se sobre o que se têm pesquisado e a que passos essa discussão anda, é fundamental para nortear as futuras pesquisas sobre este tema de grande relevância. É nesse sentido, que este trabalho tem enquanto objetivo geral: identificar e caracterizar as produções acadêmicas acerca da formação de professores para atuar em unidades prisionais. E enquanto objetivos específicos: realizar um levantamento sistemático em plataformas virtuais artigos científicos publicados em anais, periódicos e revistas, assim como TCC's, teses e dissertações que apresentem enquanto objeto de pesquisa a formação de professores para atuar em unidades prisionais; organizar e agrupar as produções e suas fontes a partir da correlação de temática; possibilitar acessibilidade das produções identificadas a partir da classificação destas e disponibilização da fonte para acesso.

Ademais, este apresentará o percurso metodológico para sua construção, seguido da análise e discussão dos resultados obtidos, apresentados no formato de tabelas organizadas com títulos, autores, data de publicação e link para acesso de documentos, leis, e produções acadêmicas na área de educação em unidades prisionais e formação de professores.

Metodologia

Para construção deste trabalho fez-se necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1991) este trabalho é assim entendido por atender à sua natureza exploratória de leitura e seletividade de produções na área temática aqui proposta.

No que se refere à pesquisa bibliográfica que culmina nesta produção, foram realizados levantamentos bibliográficos, os objetos desta pesquisa são apresentados através de dois diferentes agrupamentos, sendo estes: Produções Acadêmicas (para fins de identificação de produções na área de formação de professores para atuar em unidades prisionais); o segundo, Documentos oficiais e Normativas (trata de documentos oficiais de cunho governamental fundamentais para legitimação e direcionamento da Educação em Unidades Prisionais nacionais e referentes ao estado de Pernambuco).

Para contemplar o primeiro grupo de publicação, sobre produções acadêmicas estabeleceu-se alguns critérios que inicialmente correspondiam à identificação de produções que discutissem especificamente sobre a formação do Pedagogo e sua atuação em unidades prisionais, o que havia sido não só produzido, mas publicado em plataformas virtuais como os Periódicos da CAPES e SCIELO (Scientific Electronic Library Online), no Google Scholar (Google Acadêmico), através das

palavras chaves: formação de pedagogos, prisões, prisão, educação nas prisões e unidades prisionais.

Todavia, em função do número significativamente reduzido de publicações encontradas em língua portuguesa e buscas na internet, podendo haver mais publicações em outras línguas e formato impresso, sobre a formação do Pedagogo neste contexto. Mas, diante desta desproporcionalidade, ampliou-se o objeto deste trabalho, e se propôs identificar as produções que permeiam discussões sobre formação de professores para atuar em unidades prisionais de modo geral, e mesmo que não apresentassem a formação enquanto objeto específico de pesquisa, discorressem sobre esta, porém, voltada única e exclusivamente para atuação em Unidades Prisionais materializados em artigos científicos, monografias (TCC), teses e dissertações, totalizando 28 e (vinte e oito) documentos disponibilizados para leitura e análise.

O segundo grupo, que corresponde aos documentos de cunho governamentais foram incluídas leis nacionais, resoluções, decretos que dispõem sobre a educação em unidades prisionais, e por fim, publicações de documentos oficiais nacionais e regionais que incluíssem ou tratassem especificamente da educação em unidades prisionais nacionais e no estado de Pernambuco, totalizando 7 (sete) publicações. O terceiro e não menos importante, corresponde à documentos publicados pela sociedade civil e organizada, contando com 5 (cinco) publicações.

Diante do que foi selecionado e enquadrado no critério da pesquisa bibliográfica, demandou-se outras iniciativas, como a leitura e produção de sínteses a partir da técnica de fichamento dos referidos textos, e por fim, na organização e agrupamento de produções por áreas/objetos de pesquisa que tivessem maior aproximação entre estas, que resulta na atual divulgação para acessibilidade e localização de informações que se façam do interesse do leitor.

Discussão e Resultados

Na **Tabela 1** pode-se identificar trabalhos desenvolvidos em diferentes regiões brasileiras, que apontam para a crescente, porém, ainda reduzida preocupação com a formação dos profissionais que atuam em unidades prisionais, se pode compreender que este fato é na verdade uma das consequências diretas do descaso para com a educação em unidades prisionais.

Tabela 1 – Produções Acadêmicas que abordam a formação de professores para atuar em unidades prisionais:

Título	Autoria	Natureza	Ano	Disponível em
Políticas de formação de	Emilio Lucio-Villegas	Artigo	2006	http://www.epublicacoes

educadores para os espaços de restrição e de privação de liberdade	Ramos			.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25007
A formação de professores para a educação do adolescente em conflito com a lei	Silvana Machado Cella	Dissertação	2007	http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/598
O projeto político pedagógico para a educação em prisões	Roberto da Silva; Fábio Aparecido Moreira	Artigo	2011	http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/26.pdf
Educação no cárcere feminino: formação de educadores e currículo na perspectiva intercultural crítica	Ivanilde Apoluceno de Oliveira; Suzianne da Silva de Oliveira	Artigo	2011	https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/33863
Dilemas e dificuldades na atuação de Pedagogos em ambiente prisional	Daianne Maíra Bertunes de Souza	Trabalho de Conclusão de Curso	2011	https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/1216/1/Artigo%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf
O trabalho de professores/as em “um espaço de privação de liberdade”: necessidade de formação continuada	Andréa Rettig Nakayama	Dissertação	2011	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94745
A educação escolar nas prisões: um olhar a partir dos Direitos humanos	Leandra Salustiana da Silva Oliveira; Elson Luiz de Araújo	Artigo	2013	http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/633_docfinal.pdf
Exercício docente na prisão por educadoras presas: formação e prática pedagógica	Marieta Gouvêa de Oliveira Penna; Andressa Baldini da Silva	Artigo	2013	http://www.olhares.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/29
A assistência educacional no sistema penitenciário federal - a penitenciária federal em Porto Velho/RO	Stephane Silva de Araujo; Maria Cecília Lorea Leite	Artigo	2013	http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/675/239
Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação de liberdade	Elenice Maria Cammarosano Onofre	Artigo	2013	http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/678/240
Ações de Formação em EJA nas Prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará?	Wagner Bandeira Andriola	Artigo	2013	http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/11.pdf
Práticas educativas nos espaços de privação de liberdade no RN: ambiência pertinente na formação docente	Liz Araújo	Artigo	2013	http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/view/16332
A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos	Carolina Bessa Ferreira de Oliveira	Artigo	2013	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022013000400009&script

da penitenciária de Uberlândia (MG)				=sci_abstract&tlng=pt
A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas	Elenice Maria Cammarosano Onofre; Elionaldo Fernandes Julião	Artigo	2013	http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/05.pdf
Adoção de Cidadãos Presos e Formação de Professores para a Prisão: Ações de Fraternidade Política e Direitos, aproximando a extensão universitária da ASCES e da UFPE no agreste pernambucano	Maria Perpétua Socorro Dantas Jordão; Paula Isabel Bezerra Rocha	Artigo	2014	http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/668/344
A formação do Pedagogo: uma análise do currículo do curso de pedagogia da UFPB para atuação em espaços não escolares	Fabíola Remígio FAUSTO; Ivaneide Sousa dos Santos; Renata Cordeiro Aranha	Trabalho de Conclusão de Curso	2014	http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1233
A contextualização como estratégia para a formação continuada de professores em uma unidade de atendimento socioeducativo	Edward Frederico Castro Pessano, Karoline Goulart Lanes, Dário Vinícius Cecon Lanes, Vanderlei Folmer e Robson Luiz Puntel	Artigo	2015	http://vufind.uniovi.es/Record/ir-ART0000868004
A formação de educadores especializados em âmbito penitenciário, na perspectiva da pedagogia social	Elenice Maria Cammarosano Onofre	Artigo	2016	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622016000100001
Formação de professores e educação na prisão: construindo saberes, cartografando perspectivas	Elenice Maria Cammarosano Onofre; Camila Cardoso Menott	Artigo	2016	http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/21/137/1
Educação, escolarização e trabalho em prisões: apontamentos teóricos e reflexões do cotidiano	Elenice Maria Cammarosano Onofre	Artigo	2016	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622016000100001
Os Desafios da Educação no Complexo Penitenciário de Charqueadas	Maria Zeloí Bueno de Oliveira	Artigo	2016	http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/11.pdf
Pedagogia no cárcere: história e memória das práticas pedagógicas nas unidades penais do Paraná	Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieiral; Maxcimira Carlota Zolinger	Artigo	2016	https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/articler/view/7251
Experiências docentes dos professores que atuam em escola prisional: estudo de caso no conjunto penal de Itabuna, Bahia	Gidevalda dos Santos Cardoso	Dissertação	2016	http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/btd/201420643D.pdf
Pedagogia social e a formação de professores na baixada	Leandro da Silva Gaspar; Roberto da	Artigo	2016	editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/articler

santista	Silva			e/download/9686/6295
A formação do Pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência	Marieta Gouvêa de Oliveira Penna; Alexandre Filordi de Carvalho; Luiz Carlos Novaes	Artigo	2016	http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00109.pdf
A realidade e os desafios do trabalho docente no ambiente das prisões: um olhar sobre o contexto paraense	Orlando Nobre Bezerra de Souza; Ney Cristina Monteiro de Oliveira Leite	Artigo	2017	https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8002
Educação no sistema prisional: desafios, expectativas e perspectivas	Lucimara Aparecida de Moura Vidolin	Dissertação	2017	http://tede.utp.br:8080/jsui/handle/tede/1136
O trabalho docente em prisões: considerações acerca da formação	Karol Oliveira de Amorim-Silva; Maria Isabel Antunes-Rocha	Artigo	2017	https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8040

Ainda sobre as produções que compõem a sistematização deste trabalho, o Google Scholar têm se mostrado um espaço de muitas produções, afinal reúne os trabalhos publicados em diferentes plataformas e revista científicas, os Periódicos da CAPES e SCIELO apresentaram uma variação grande e disponibilizam diversos trabalhos na área de educação em unidades prisionais, porém, no que corresponde à formação do Pedagogo, foram identificados apenas três trabalhos, sendo 2 (dois) de conclusão de curso (TCC) e 1 (um) artigo, já ao tratar da formação de professores de modo geral esse número aumenta relativamente, contando com 4 (quatro) dissertações de mestrado e 21 (vinte e um) artigos científicos, todavia, este número ainda se mostra pequeno, dada as proporções de produções e publicações nestas plataformas.

Os textos de modo geral discutem situações emergenciais da educação nas prisões, e ao tratar da formação dos educadores para atuar nestes espaços concordam na necessidade de investimentos em políticas públicas para formação inicial e continuada. Também há produções que desvelam o universo da especialização em Pedagogia Social, e apresentam propostas interessantes para organização escolar em espaços prisionais.

Dentre os diversos autores mostrados na **Tabela 1**, Elenice Maria Cammarosano Onofre, tem apresentado maior número de publicações nesta área. No que cerne às publicações sobre experiências e pesquisas no Estado de Pernambuco, é identificado 1 (um) trabalho escrito por Maria Perpétua Socorro Dantas Jordão e Paula Isabel Bezerra Rocha, os demais apresentam maior NÚMERO DE publicações nos estados das regiões Sul e Sudeste, aparecendo algumas poucas publicações nos estados da Bahia, Pará, Brasília, João Pessoa e um pouco mais no estado do Ceará.



Nota-se que não há um crescimento constante do número de publicações de que trata este trabalho, este crescimento se apresenta de forma esporádica, mostrando maior incidência nos anos de 2013 e 2016, seguindo de uma queda abrupta.

Por isso, reafirma-se também a necessidade de se aprofundar ainda mais nas formações de forma específica. Dentre os tantos desafios incutidos à formação e atuação do Pedagogo, a educação em unidades prisionais se apresenta como mais uma, porém não menos importante, possibilidade de contribuição social deste profissional.

As leis, resoluções, decretos e neste caso uma recomendação, são documentos básicos para nortear as ações e iniciativas públicas em todos os setores, no caso da Educação em Prisões pode-se identificar que ao decorrer dos anos, a preocupação com esta realidade foi aumentando, e se materializando nos documentos abaixo, legitimando e direcionando as práticas educacionais nestes espaços, conforme se apresenta na **Tabela 2**:

Tabela 2 - Documentos oficiais: Leis, resoluções, decretos e recomendação sobre a educação em unidades prisionais:

Título	Autoria	Natureza	Ano	Disponível em:
Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984	Brasil	Resolução	1984	https://goo.gl/dxng5j
Resolução Nº 3, de 11 de março de 2009.	Brasil	Resolução	2009	https://goo.gl/zXqKC2
Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010	Brasil	Resolução	2010	https://goo.gl/1ZmsFj
Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011.	Brasil	Decreto	2011	https://goo.gl/LEWQor
Recomendação N. 44, de 26 de novembro de 2013	Brasil	Recomendação	2013	https://goo.gl/SFpKUz
Plano Estadual de Educação nas Prisões de Pernambuco: 2013/2014	Pernambuco	Plano de ação	2012	https://goo.gl/CF7Lwf
Diretrizes operacionais para oferta de Educação de Jovens e Adultos.	Pernambuco	Diretrizes	2016	https://goo.gl/Z2qE22

A educação em unidades prisionais ou para pessoas em situação de restrição/privação de liberdade, têm sido legitimada desde muito, e endossada de tempos em tempos, isso ocorre principalmente pelo fato, dessas leis e normativas de modo geral não comportarem as demandas inerentes à este (não tão novo) espaço de práticas educativas escolares, tanto é, que tal fato, ainda se mostra desconhecido não só para alguns educadores mais diversos segmentos da sociedade civil, demandando cada vez mais articulação entre estes espaços, as universidades e a sociedade.

Além disso, vale ressaltar que dentro de um contexto de educação em unidades prisionais existem diversos aspectos à serem discutidos e levados às claras, o desconhecimento destas realidades reflete diretamente na falta de mobilizações em prol do direito à qualidade educacional, e conseqüentemente no investimento de políticas de formação dos profissionais para atuarem nestes espaços.

Como resultado das disparidades referente à oferta de educação em unidades prisionais, nota-se que o estado de Pernambuco lança uma proposta do que chama de Plano Estadual da Educação em Prisões de Pernambuco (2012), para fins de subsídio e liberação de verbas para ampliação e qualificação da oferta de educação em unidades prisionais. Todavia esta é uma proposta que corresponde aos anos de 2013 e 2014. O próprio documento reconhece que a história da Educação nas prisões no Estado não se distancia muito dos problemas relacionados a conjuntura nacional, e que a falta de políticas públicas para tal, têm se tornado um fator de peso, apesar de sobressair-se nas proporções de atendimento educacional em estabelecimentos penais.

No que cerne à segunda proposta de agrupamento materializada neste trabalho, fica clara que há propostas governamentais que discutem e repensam as possibilidades de educação e suas contribuições no espaço prisional, apesar de outros problemas gritantes como a superlotação, e para além das celas, procedimentos excludentes que só endossam ainda mais os índices de criminalidade, a Educação ainda se mostra como um sonho possível de transformação social.

Tabela 3 – Publicações da sociedade civil e organizada:

Título	Autoria	Natureza	Ano	Disponível em
O direito à educação no Brasil	Sérgio Haddad	Relatório	2004	https://goo.gl/r6hMSr
Educação e Aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes	UNESCO/MEC	Relatório	2009	https://goo.gl/VF2dST
Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras	Denise Carreira	Relatório	2009	https://goo.gl/AnWjpw
VI Conferência Internacional da Educação de Adultos – Marco de Ação de	Brasil	Relatório	2010	https://goo.gl/dCsCqt

Belém.				
A educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões, avanços e perspectivas	Adeum Hilario Sauer; Elionaldo Fernandes Julião	Documento de Referência	2011	https://goo.gl/wZbkUM

Na **tabela 3**, apresenta-se outros documentos que proporcionam um acompanhamento histórico e até mesmo local, com discussões relevantes e relatórios que descrevem a realidade da educação nas prisões, mostrando uma realidade não tão bonita quanto o que se havia planejado e determinado nas normativas apresentadas na **tabela 2**. Fazem-se necessárias iniciativas, discussões, pesquisas, ações que possam contribuir para esta área, podendo estas, emergir de quaisquer espaços, instituições e organizações.

Conclusões

A possibilidade de se debruçar sobre diferentes espaços de atuação do Pedagogo possibilita refletir o quão significativa são todas as ações, discussões e pesquisas que problematizam a formação dos professores, e mais especificamente do Pedagogo, apesar de não a ter identificado com tanta frequência entre os trabalhos agrupados. Também foi possível constatar durante esse levantamento teórico que a atuação do Pedagogo em unidades prisionais sob o olhar de sua formação, apresenta uma certa carência de trabalhos e pesquisas publicadas até o presente momento, portanto, tal fato estimula ainda mais, o interesse em conhecer e caracterizar as ações deste profissional em unidades prisionais, e o que se faz necessário à sua formação.

Pensar em unidades prisionais sob perspectiva educacional, seja ela formal ou não, exige que o professor, e neste caso o Pedagogo, conheça e reflita sobre os entraves sociais inerentes a este espaço, sabendo que os mesmos se constituem e são reflexos de diferentes trajetórias históricas de subordinação e exploração de uma grande massa popular, e portanto, é necessário entender e saber que apesar da educação nestes espaços ter raízes históricas que corroboram para o controle do corpo, esta deve se desvencilhar desse espectro negativo, e partilhar de um pensamento mais crítico que contribuem para uma educação que de fato se faz libertadora.

Referências

_____. Sistema penitenciário no Brasil. Problemas e desafios. Revista USP. São Paulo, **9**: 65-78, março-maio, 1991.

BRASIL. **Lei de execução penal**. Lei Federal n. 7.210, de 11 de julho de 1984.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília – DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. UNESCO. **Educação e Aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes**. Brasília, 2009.

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução n. 3, de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Brasília – DF, 2009.

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução n. 2, de 19 de maio de 2010**. Brasília – DF, 2010.

_____. **Decreto Nº 7.626**, de 24 de novembro de 2011. Brasília – DF, 2011.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Junho de 2014. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça, Brasília – DF, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis, Vozes, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1961.

RIBEIRO, N. F. A prisão na perspectiva de Michel Foucault. In: **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**/Org.: Arlindo da Silva Lourenço, Elenice Maria Cammarosano Onofre. – São Carlos: EduFSCar, 2011.

SILVA, Roberto da; A eficácia sociopedagógica da pena de privação da liberdade. In: **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 33-48, jan. /mar. 2015.